

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
(Processo Administrativo n.º 23479.016250/2021-83)

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo do Plano Anual de Contratações - PAC 2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01: CABOS E ADAPTADORES						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	CABO DE FORÇA PARA COMPUTADOR, 10 AMPERES, NOVO PADRÃO, (2P + T), PRETO.	22071	155	Unidade	14,87	2.304,85
2	ADAPTADOR DE CA HP SMART DE 65 WATTS. CABO TRIPOLAR NOVO PADRÃO ABNT; PARA PROBOOK HP 4430S; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS VOLTAGEM-19,5V, CORRENTE-3,33 A POTÊNCIA 65W.	41580	17	Unidade	187,04	3.179,68
3	CABO SATA, NOME CABO SATA USB 3.0	150779	3	UNIDADE	65,73	197,19

4	FONTE DE ALIMENTAÇÃO, CARREGADOR, APLICAÇÃO SCANNER DEPARTAMENTAL, COMPATÍVEL COM SCANNER DA MARCA FUJITSU MODELO (FI-7140), COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: INPUT DE 100-240V~ 1.5-0.9A 50-60HZ E OUTPUT DE 24V-2.65A	345931	1	Unidade	1.099,60	1.099,60
5	CABO ÁUDIO E VÍDEO, TIPO CABO HDMI, 2 METROS DE COMPRIMENTO	352973	283	Unidade	22,17	6.274,11
6	CABO ÁUDIO E VÍDEO, APLICAÇÃO CD/MESA DE SOM, COMPRIMENTO 2, CONECTORES P2/2 - RCA	366428	84	Unidade	22,00	1.848,00
7	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES INTERFACE USB 2.0, APLICAÇÃO CONEXÃO PLACA WIRELESS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IEEE 802.11 B/G/N, CRIPTOGRAFIA WEP, WPZ E WPA2, MATERIAL METAL, VELOCIDADE ATÉ 150 SUSTENTÁVEL: NÃO	394725	70	Unidade	162,34	11.363,80
8	CABO USB, COMPRIMENTO 5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTORES TIPO A X MICRO USB, TIPO COMPATÍVEL COM USB 2.0	394904	60	Unidade	46,29	2.777,40
9	CABO DE VÍDEO, APLICAÇÃO PARA DATASHOW, COMPRIMENTO 10, 02 CONECTORES VGA MACHO	410339	62	Unidade	49,07	3.042,34

10	ADAPTADOR DISPLAYPORT (MACHO) PARA HDMI (FÊMEA) - ADAPTADOR DISPLAYPORT PARA HDMI; TRANSMISSÃO DE ATÉ 8.64 GIGABITS; RESOLUÇÕES DE ATÉ 2560x1600; COMPATÍVEL COM TODOS OS EQUIPAMENTOS COM SAÍDA DISPLAYPORT; CONEXÕES: 1X DISPLAYPORT MACHO; 1X HDMI FÊMEA	435888	77	UNIDADE	46,99	3.618,23
11	ADAPTADOR MINI DISPLAYPORT PARA HDMI	453465	26	UNIDADE	89,54	2.328,04
Total estimado grupo 01						38.033,24
GRUPO 02: COMPONENTES, MÍDIAS E PERIFÉRICOS						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
12	CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO-SD CLASSE 10 32GB, PERFORMANCE MÍNIMA DE 48 MB/S PARA LEITURA, MÍNIMA DE 10MB/S PARA GRAVAÇÃO	150179	37	Unidade	42,72	1.580,64

13	TECLADO, NOME TECLADO. FACILITA A VISUALIZAÇÃO, A LEITURA E O APRENDIZADO EM BRAILLE, ASSIM COMO A PERCEPÇÃO. TECLADO DE CONTRASTE PARA BAIXA VISÃO. POSSUI LETRAS AMPLIADAS EM CADA TECLA. PODE AUXILIAR PESSOAS A ENXERGAR MELHOR O TECLADO. TECLADO COM 107 TECLAS, OPÇÃO DE VOLUME-PLAY E PAUSE, CONTROLE MULTIMÍDIA PARA SEU DVD/VCD/MP3/AUDIO E PLAYERS DIRETAMENTE E TECLAS DE ATALHO PARA INTERNET. CONECTOR: USB. COR: PRETO/BRANCO	150980	9	Unidade	242,67	2.184,03
14	MOUSE, TIPO USB ÓPTICO, MODELO PADRÃO MICROSOFT, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONA	229441	475	UNIDADE	12,08	5.738,00
15	TECLADO MICROCOMPUTADOR, QUANTIDADE TECLAS 107, COR PRETA, TIPO USB, COMPONENTES TECLAS EXTRAS PARA MEDIACENTER, INTERNET, NORMAS TÉCNICAS ABNT2	399810	409	Unidade	81,26	33.235,34
16	CARTÃO DE MEMÓRIA TIPO SDXC DE 64GB, VELOCIDADE UDMA/UHS, CLASSE DE 10, CLASSE 10/U3/UHS3, DE LEITURA MÍNIMA DE 80MB/S,O APROXIMADAMENTE 90 MB/S. GARANTIA: 3 MESES	412076	129	Unidade	399,00	51.471,00
17	DISCO SSD 480GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA 6Gb/s, APLICAÇÃO INFORMÁTICA, MODELO SSD, INTERFACE SATA III	431986	5	Unidade	364,15	1.820,75

18	MEMÓRIA EM CARTÃO MAGNÉTICO, CAPACIDADE MEMÓRIA: 128 GB, TIPO CARTAO: MICRO SD, USO: INFORMÁTICA, APLICAÇÃO: ARMAZENAR FOTOS, IMAGENS E DADOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ADAPTADOR, VELOCIDADE 80MB/S	453635	7	UNIDADE	120,85	845,95
19	MEMÓRIA EM CARTÃO MAGNÉTICO, CAPACIDADE MEMÓRIA: 128GB, TIPO CARTÃO:MEMORY CARD, USO: C MERA FOTOGRÁFICA E FILMADORA	465556	6	Unidade	212,00	1.272,00
20	HD EXTERNO 1000 GB	374602	3	UNIDADE	1.199,87	3.599,61
Total Estimado grupo 02						101.747,32
GRUPO 03: TONERS HP						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
21	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO C7115-A, REFERÊNCIA IMPRESSORA LASERJET SÉRIE 1000	268189	10	Unidade	64,35	643,50
22	TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 12A, COMPATIBILIDADE: IMPRESSORAS M1005, 1010, 1012, 1015, 1018, 1020, 1022, 3015, 3020, 3030, 3050, 3052, 3055	332797	15	Unidade	25,71	385,65

23	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, REFERÊNCIA CARTUCHO Q2612A, REFERÊNCIA IMPRESSORA LASERJET 3050, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR PRETA	335715	15	Unidade	41,76	626,40
24	TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 CB540A, COR PRETA, REFERÊNCIA IMPRESSORA 1 LASERJET CM1312NFI / CM1312 / CP1515N / CP1215	362123	10	Unidade	99,00	990,00
25	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 CB541A, COR CIANO, REFERÊNCIA IMPRESSORA 1 LASERJET CM1312NFI / CM1312 / CP1515N / CP1215	362124	10	Unidade	139,84	1.398,40
26	TONER PARA IMPRESSORA HP, TIPO ORIGINAL, CB542A, COR AMARELA, REFERENCIA CP1515N,CP1215, CM1312NFI	362125	10	Unidade	119,89	1.198,90
27	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 CB543A, COR MAGENTA, REFERÊNCIA IMPRESSORA 1 LASERJET CM1312NFI / CM1312 / CP1515N / CP1215	362126	15	Unidade	132,68	1.990,20
28	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 CE285A UTILIZADO EM MODELOS HP P-1102, P-1102W, M-1210, M-1212, M-1130, M-1132, M- 1217, M-1217FW	392016	15	Unidade	94,73	1.420,95

29	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 2 CE278A	417999	10	Unidade	99,33	993,30
30	CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 2 CB436AB	432569	15	Unidade	83,80	1.257,00
Total Estimado Grupo 03						10.904,30
GRUPO 04: SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS SAMSUNG						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
31	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO ML-D3470B, REFERÊNCIA IMPRESSORA ML-3471ND, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA, DURABILIDADE 10.000 PÁGINAS.	364976	40	Unidade	189,88	7.595,20
32	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D104S, REFERÊNCIA IMPRESSORA ML-1665, ML- 1660, ML-1860, SCX-3200. TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA	392621	30	Unidade	84,2	2.526,00
33	CARTUCHO TONER, REFERENCIA MLT-D205L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR PRETA. ML-3310, ML- 3710, SCX-5637, ML3712	401616	33	Unidade	98,36	3.245,88

34	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D103L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA	419420	22	Unidade	123,69	2.721,18
35	TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D203U, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA TONER SAMSUNG MLTD203U 203U D203 203. PARA USO EM M- 4020ND M4020, M-4070FR M4070	426542	7	Unidade	76,5	535,50
36	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO CLT-K506L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA	427218	45	Unidade	138,14	6.216,30
37	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO CLT-Y506L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA AMARELA	427219	42	Unidade	143,82	6.040,44
38	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO CLT-M506L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA MAGENTA	427220	42	Unidade	122,14	5.129,88
39	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG, REFERÊNCIA CARTUCHO CLT-C506L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA CIANO	427221	40	Unidade	141,55	5.662,00
40	TONER IMPRESSORA SAMSUNG MODELO EXPRESS M-2875FD, REFERÊNCIA CARTUCHO MLT-D116L, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA	428512	133	Unidade	119,52	15.896,16

41	CARTUCHO TONER IMPRESSORA SAMSUNG SCX 3405FW, ML 2165, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 1, MLT-D101S	432532	18	Unidade	45,73	823,14
42	UNIDADE DE IMAGEM, REFERÊNCIA MLT-R116, TIPO USO IMPRESSORA SAMSUNG EXPRESS M-2875, COR PRETA, DURABILIDADE 9.000 CÓPIAS, TIPO ORIGINAL	433334	86	Unidade	56,3	4.841,80
Total Estimado Grupo 04						61.233,48
GRUPO 05: SUPRIMENTOS DIVERSOS						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
43	CARTUCHO TONER IMPRESSORA LEXMARK, REFERÊNCIA IMPRESSORA E330, E332, E340, E342, E342N, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, COR TINTA PRETA, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 34038HL1	338218	10	Unidade	119,22	1.192,20
44	CARTUCHO TONER IMPRESSORA / COPIADORA XEROX, REFERÊNCIA IMPRESSORA PHASER 3250, TIPO CARTUCHO ORIGINAL, DURABILIDADE 5.000 PÁGINAS, REFERÊNCIA CARTUCHO 1 106R01374, COR PRETA	382044	10	UNIDADE	85,29	852,90
45	CILINDRO MÁQUINA IMPRESSORA, COPIADORA, TIPO CILINDRO: ORIGINAL, REFERÊNCIA COPIADORA: BROTHER MFC-L8900, REFERÊNCIA CILINDRO 1: DR-411CL	466621	5	Unidade	752,08	3.760,40

46	Ribbon	150541	30	Unidade	177,59	5.327,70
Total Estimado Grupo 05						11.133,20
GRUPO 06: MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES						
ITEM	DENOMINAÇÃO DO ITEM	CATMAT	QTDE.	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
47	Pasta Térmica -seringa	320490	10	Unidade	43,22	432,20
48	Kit Ferramentas 38 Chaves de precisão	70459	4	Unidade	68,97	275,88
49	Kit Limpeza Anti Estático Pincel Escova Pulseira Luva Iso	464159	6	Unidade	114,44	686,64
50	Cabo Conversor Ssd/Hd Sata para Usb	40183	6	Unidade	55,37	332,22
51	Testador Fonte Digital Lcd Alimentação Atx 20/24	473561	3	Unidade	93,62	280,86
52	Bateria Cr 2032 Pilha 3v Bios	341070	50	Unidade	10,2	510,00
53	Pilha recarregável AA	458335	200	Unidade	92,68	18.536,00
54	Carregador de pilha AA para 4 pilhas	302358	5	Unidade	112,94	564,70
Total Estimado Grupo 06						21.618,50
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						244.670,04

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da Ata de registro de preços prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.2.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços está subsidiado na hipótese prevista no inciso I do no artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013 , ou seja, quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

- 1.2.2. Por se tratar de material de consumo é necessário que a contratação ocorra sempre que necessário, dentro do calendário de compras previsto.
- 1.2.3. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 1.3. O agrupamento dos itens foi realizado objetivando evitar a perda de economia de escala conforme orienta a SÚMULA 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (sem grifo no original)

- 1.3.1. Os lotes foram organizados considerando os fornecedores do mesmo ramo, no intuito de evitar o fracasso em itens de pouco volume, ou ainda potencializando a possibilidade de preços menores em razão do quantitativo global.
- 1.4. Havendo divergência entre as descrições do CATMAT e este Termo, prevalecerão as últimas;
- 1.5. Da pesquisa de preços

1.5.1. A pesquisa de preços foi realizada em observância ao disposto na Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, priorizando a pesquisa no Painel de Preços. Os itens não localizados no Painel de Preços foram complementados com pesquisa em sites de domínio público e junto a fornecedores do ramo.

1.6. Do direito de preferência

1.6.1. Será concedido o exercício do direito de preferência na contratação nos termos do Art. 5º Decreto Nº 7.174, de 12 de maio de 2010 que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

1.7. A licitante juntamente com sua proposta comercial deverá apresentar declaração de que o produto ofertado atende os seguintes critérios:

1.7.1. Os produtos devem ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizar materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

1.7.2. não contém substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

1.7.3. são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

1.7.4. desde sua concepção até a fase final de produção e reciclagem dos produtos, observam os requisitos ambientais, fazendo com que sejam devidamente reconhecidos e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO - como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.8. Requisitos específicos para os Grupos 03, 04 e 05.

1.8.1. As licitantes que ofertarem proposta para toners/cartuchos compatíveis de marcas diferentes do fabricante da impressora, deverão encaminhar via módulo de convocação de anexos, imediatamente após o término da sessão de lances, isto é, na fase de aceitação de propostas, Laudo Técnico atestando o atendimento às seguintes normas.

1.8.1.1. ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras eletro fotográficas monocromáticas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora

1.8.1.2. ABNT NBR ISO/IEC 24711:2007 - determinação do rendimento de cartuchos de tinta para impressoras coloridas a jato de tinta e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora

1.8.1.3. ABNT NBR ISO/IEC 24712:2007 - páginas de teste de cor para a medição do rendimento de equipamento de escritório;

1.8.1.4. ABNT NBR ISO/IEC 19798:2008 - determinação do rendimento de cartuchos de toner para impressoras coloridas e para dispositivos multifuncionais que contenham componentes de impressora.

1.8.2. O ensaio de equivalência deve conter informações tais como os métodos e equipamentos utilizados para os testes, demonstrativo de resultado, comprovando a equivalência do produto "compatível" ofertado com aquele cartucho genuíno (da mesma marca do equipamento, utilizado como referência no edital), para todos os itens ofertados. O laudo deve estar válido, devendo posteriormente ser anexado à Proposta Comercial.

1.8.3. O laudo referido no subitem anterior deverá ser direcionado ao produto ofertado devendo ainda conter o selo do Inmetro. As empresas que não atenderem tal exigência terão sua proposta desclassificada para o lote. Tal exigência visa preservar e resguardar o parque de impressão da Unifesspa.

1.8.4. A "Entidade Especializada", deverá possuir "ACREDITAÇÃO" do INMETRO para realização de ensaios em suprimentos de impressão, devendo possuir em seu escopo de acreditação menção às referidas normas, o que será posteriormente confirmado no site oficial do INMETRO.

1.8.5. Os itens devem ser 100% (cem por cento) novos em todos os seus componentes, não sendo aceita, em hipótese alguma, produtos e manufaturados, reciclados, recarregados e reconicionados, inclusive a carcaça plástica, sob pena de afastamento do certame (TCU, Decisão 1622/2002 - Plenário). Cartuchos com indícios de falsificação serão encaminhados ao fabricante para exame. Caso seja constatada a fraude, serão tomadas as medidas legais cabíveis.

1.8.6. Em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que tange à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e

considerando sua natureza reciclável e destinação ambientalmente adequada, bem como a determinação contida no Art. 33, inciso VI, a Unifesspa adotará o procedimento de logística reversa, para itens relativos a toners e cartuchos:

- 1.8.6.1. Poderá ser realizado diretamente pelo fabricante do produto, no caso de a adjudicatária fornecer cartuchos de toners/suprimentos originais das marcas SAMSUNG, HP, LEXMARK, BROTHER, XEROX, EPSON, devendo a contratada apresentar juntamente com a proposta comercial declaração do fabricante de adoção do processo de logística reversa;
- 1.8.6.2. Poderá ser realizado diretamente pela CONTRATADA dos cartuchos de toner/suprimentos, para os casos de fornecimento de produtos compatíveis/similares. Nesses casos, a licitante deverá emitir declaração na qual se compromete a adotar procedimento de logística reversa com a Unifesspa, bem como fazer constar que os cartuchos de toner/suprimentos recolhidos serão descartados de acordo com as práticas e as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a Unifesspa. A referida declaração será exigida quando da aceitabilidade da proposta.
- 1.8.6.3. Os itens deverão ser coletados, gratuitamente, em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da solicitação de recolhimento expedida pela Divisão de Almoxarifado e patrimônio – as sucatas dos cartuchos de toner/suprimentos com vistas à reciclagem e/ou destruição, em consonância com os critérios de sustentabilidade previstos em lei. Este recolhimento será solicitado para, no mínimo, 10 cartuchos e poderá ocorrer em até 12 meses após o recebimento definitivo dos respectivos produtos.

1.9. Qualificação técnica

1.9.1. A LICITANTE deverá apresentar com relação à qualificação técnica:

- 1.9.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com o objeto da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente
- 1.9.1.2. Declaração de que a LICITANTE não oferta produtos com materiais perigosos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Unifesspa organiza as aquisições de materiais, equipamentos e serviços comuns através de um projeto anual chamado “Agenda de Compras”. A agenda reúne as demandas de compras de todas as unidades acadêmicas e administrativas, organizando-as por finalidade e similaridade dos itens demandados. Com isso, é possível ter uma visão global das necessidades, bem como permite aquisições centralizadas evitando o fracionamento de despesas.
- 2.2. No caso específico, a presente contratação visa atender as necessidades de materiais de consumo de TIC, tais como dispositivos de armazenamento móveis, periféricos, cabos e conectores e ainda suprimentos de impressão para o parque de impressoras legado. Com as aquisições pretende-se manter o funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas que demandam esses materiais.

- 2.3. Conforme já indicado, a contratação está prevista no Plano Diretor de tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC 2020 -2021, bem como no Plano Anual de Contratação - 2021. Desse modo, uma vez demonstrada a necessidade da contratação e atendida as exigências de previsão nos instrumentos de planejamento, reafirma-se a crucialidade das aquisições em tela.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo do Plano Anual de Contratações PAC 2021.
- 3.2. As especificações técnicas estão descritas no Anexo I deste documento. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 4.2. A presente contratação enquadra-se como bem comum cujos critérios de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 dias, contados do(a) envio da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, no seguinte endereço Os materiais deverão ser entregues na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Unifesspa, localizada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa - Unidade III (Cidade Universitária). Rod. BR-230 (Transamazônica), Loteamento Cidade Jardim, Av. dos Ipês, s/n.º - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68500-000, de segunda a sexta, no horário de 08:00 às 12:00, e de 14: 00 as 16:00 horas, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias conforme estabelecido no edital, a partir da data e hora da emissão da Autorização de Fornecimento dos materiais, sem que isso implique em acréscimo no preço da proposta, devendo o mesmo ser conferido pelo setor competente, que atesta a regularidade da entrega;
- 6.2. A quantidade de itens será definida em cada ordem de fornecimento.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: **marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;**
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice (Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 14.1.1. Os pagamentos serão efetuados após a entrega do produto.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. Não será exigida garantia contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.4.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

17.4.2. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 244.670,04 (duzentos e quarenta e quatro mil seiscientos e setenta reais e quatro centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A contratação se dará por Sistema de Registro de Preços.

Município de Marabá, novembro de 2021.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	INTEGRANTE REQUISITANTE
SOLANGE CRISTINA MOURA MARINHO, Siape 2008073,	ÁDINA RAABE VILELA DE SOUZA, Siape 1146074,	ROBERTO FIGUEIREDO RODRIGUES, Siape 3031208,